

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.192 - TO (2019/0355328-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : RAIMUNDO PRADO SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : FRANCISCO DAMIÃO DA SILVA - GO018680  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO EM PROCESSO CONEXO (HC N.º 529.342/TO). IDENTIDADE DE PARTES, DE PEDIDOS E DE CAUSAS DE PEDIR. LITISPENDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. PETIÇÃO RECURSAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por RAIMUNDO PRADO SILVA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região proferido no HC n.º 1012819-20.2019.4.01.0000.

Consta dos autos que, acatando à representação apresentada pela autoridade policial, em razão da deflagração da "Operação Flak", foi decretada a prisão preventiva do Recorrente, em 13/02/2019, pela suposta prática, junto com outros agente, dos crimes de:

*"tráfico transnacional de drogas (art. 33 c/c art. 40, incisos I e V, ambos da Lei n. 11.343/2006), de financiamento ao tráfico de drogas (art. 36, da Lei n. 11.343/2006), de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006), de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de ocultação e dissimulação de bens, direito e valores provenientes de infração penal (art. 1º da Lei n. 9.613/1998) e de atentado contra a segurança do transporte aéreo (art. 261 do Código Penal)" (fl. 27).*

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada (fls. 1.013-1.046).

Em suas razões, alega o Recorrente, inicialmente, que *"o argumento que motivou a denegação da ordem de habeas-corpus, de estar o paciente foragido, é data vênia inconsistente, vez que o próprio juízo a quo, ao prestar informações, declarou apenas que o mandado de prisão encontrava-se pendente de cumprimento"* (fl. 1.098).

Sustenta, ainda, a ausência dos requisitos dispostos no art. 312 do Código de

Processo Penal autorizadores da constrição cautelar, além da falta de fundamentação idônea do decreto prisional, pois lastreado na gravidade abstrata dos crimes.

Aduz, ademais, que o mencionado Raimundo retratado nos diálogos interceptados não diz respeito ao Recorrente, mas, sim, a Antônio Ribeiro de Mendonça, "vulgo Raimundo", fato que lhe causou *"considerável prejuízo, diante de grave equívoco que reforçou sobremaneira a presença dos requisitos da cautelar atacada"* (fl. 1.102).

Ressalta que:

*"entende que há grave comprometimento das acusações lançadas contra sua pessoa, quando a investigação ao individualizar condutas ilícitas de alta gravidade o faz através de meios temerários, como informações anônimas e as obtidas via internet, que na verdade constituem o elo de ligação entre informações preliminares e conclusões jurídicas, possibilitando inclusive erro na indicação do verdadeiro autor dos fatos"* (fl. 1.103).

Argumenta, outrossim, que os corréus *"tiveram suas prisões preventivas decretadas em um mesmo ato ordinatório, sem fundamentação de fatos concretos da necessidade da custódia preventiva"* (fl. 1.104), sendo necessária, dessa forma, a extensão, em seu favor, dos efeitos das decisões que já concederam a liberdade provisórias aos demais acusados (fl. 1.104).

Afirma, por fim, que possui condições favoráveis para responder ao processo criminal em liberdade.

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da sua segregação preventiva.

É o relatório. Decido.

Observo que, no **HC n.º 529.343/TO**, distribuído à minha relatoria, o Impetrante formulou idêntica pretensão – revogação da segregação cautelar –, impugnando o mesmo decreto de prisão preventiva e o mesmo acórdão denegatório na origem.

O presente recurso ordinário, portanto, é mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, impugnando-se a mesma matéria.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus*, ou o respectivo recurso ordinário, nos quais se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de

# *Superior Tribunal de Justiça*

pedir, motivo pelo qual, concluo pela inadmissibilidade da via recursal.

Com efeito, *"não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte"* (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

Convém registrar que, no **HC n.º 529.342/TO**, já foi examinado o pedido de provimento urgente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora